

TRÍPLICE OPRESSÃO NA VIDA DAS MULHERES NEGRAS

TRIPLE OPPRESSION IN THE LIFE OF BLACK WOMEN

Lara Miguel Batista 1

Juliana Aparecida de Oliveira Pereira Ferreira 2

Virginia Mara Próspero da Cunha 3

Juliana Marcondes Bussolotti 4

Resumo: Neste artigo, apresenta-se a reflexão sobre a questão interseccional, pautada nas categorias raça, gênero e classe, e a suas implicações na vida das mulheres negras, a partir do pensamento de intelectuais negras, que abordam o (re)pensar em uma educação decolonial. As questões do racismo científico e do epistemicídio mostram-se um ponto importante a ser discutido pois, em decorrência das mazelas do período colonial e do racismo estrutural, são as mulheres negras que acumulam os piores indicadores sociais no Brasil até os dias de hoje. Por causa da discriminação racial e de gênero, as mulheres negras sofrem com a não validação de serem consideradas sujeitas detentoras e produtoras de conhecimentos. Dessa forma, a implementação de políticas públicas e ações afirmativas incluídas, com a dimensão das disparidades raciais e gênero, são essenciais para materializar uma educação transformadora, decolonial e contra as tendências acadêmicas eurocentradas.

Palavras-chave: Mulheres Negras. Educação Antirracista. Interseccionalidade. Descolonização. Tríplice Opressão.

Abstract: This article presents a reflection on the intersectional issue, based on the categories race, gender and class, and its implications for the lives of black women, based on the thinking of black intellectuals, who approach the rethink of an education decolonial. The issue of scientific racism and epistemicide is an important point to be discussed, as due to the ailments of the colonial period and structural racism, it is black women who accumulate the worst social indicators in Brazil to date. Because of racial and gender discrimination, black women suffer from the lack of validation of being considered subject holders and producers of knowledge. Thus, the implementation of public policies and inclusive affirmative actions with the dimension of racial and gender disparities, are essential, to materialize a transformative, decolonial education and against Eurocentric academic trends.

Keywords: Black Women. Anti-Racist Education. Intersectionality. Decolonization. Triple Oppression.

-
- 1 Graduada em Educação Física pela Pontifícia Universidade Católica de Campinas. Mestra em Educação, pelo programa Mestrado Profissional em Educação pela Universidade de Taubaté. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8865393516354848>. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-0638-1492>. E-mail: laramiguel.b@gmail.com
 - 2 Graduada em Pedagogia pela Universidade Paulista. Professora. Musicista. Mestra em Educação, pelo programa Mestrado Profissional em Educação pela Universidade de Taubaté. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7144368973323475>. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-0796-2934>. E-mail: mestrandajulianaoliveira@gmail.com
 - 3 Doutora e Mestre em Educação:Psicologia da Educação pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Docente do Mestrado Profissional em Educação da Universidade de Taubaté. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4643582534304603>. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-1919-5480>. E-mail: vimaracunha@gmail.com
 - 4 Graduação em Escola de Comunicação e Artes pela Universidade de São Paulo. Pós-graduação lato sensu em Designer Instrucional pela Universidade Federal de Itajubá. Mestrado em Ciências Ambientais pela Universidade de Taubaté. Doutorado em Geografia pela Universidade Estadual Paulista. Atualmente é pesquisadora da Universidade Estadual Paulista (pós-doc Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Territorial na América Latina e Caribe - TerritoriAL), faz parte da diretoria da Associação Cunhambebe da Ilha Anchieta. Professora assistente III da Universidade de Taubaté, professora coordenadora adjunta do Mestrado Profissional em Educação da Universidade de Taubaté. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5232556966245150>. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-8560-0974>. E-mail: julianabussolotti@gmail.com

Introdução

O presente artigo baseia-se no trabalho de pesquisadoras que estão na busca da construção de conhecimentos práticos e reflexivos para emergir do senso comum e, através de uma análise interseccional, reconhecer a potencialidade das intelectuais negras para uma educação decolonial, que é a compreensão da formação educacional a partir das mulheres diaspóricas e sua especificidade no chamado mundo ocidental.

Para tal compreensão, de acordo com Gomes (2002), é preciso entender o movimento de ressignificação do conceito de raça, protagonizado pelo movimento negro brasileiro, o qual converge como pensamento decolonial, pois indaga a própria história do Brasil e da população negra, cria novos enunciados e instrumentos teóricos, ideológicos, políticos e analíticos para explicar como o racismo brasileiro opera, não somente na estrutura do Estado, mas também na vida cotidiana das suas próprias vítimas. Para tanto, é necessário inverter essa lógica de dominação e partir de uma perspectiva teórica que promova a construção de um projeto de contraposição às tendências acadêmicas eurocentradas, buscando por meio de uma análise crítica questionar a geopolítica dos conhecimentos, que tem invisibilizado e silenciado outras formas de saberes.

Lélia Gonzales, bell hooks, Kimberlé Crenshaw e Sueli Carneiro, a partir do rigor teórico-metodológico empenhado, provocam a compressão sobre discriminações cruzadas de gênero, raça e classe social que assolam a sociedade até os dias de hoje, apontando para a necessidade de combater as estruturas das desigualdades e descolonizar o pensamento.

Crenshaw (2002) apresenta o conceito de interseccionalidade como uma lente que permite capturar os efeitos organizacionais e as dinâmicas de opressão que evidenciam a forma pela qual o racismo, o patriarcalismo, a opressão de classe e outros sistemas discriminatórios criam desigualdades básicas que determinam as posições relativas de mulheres, negros, gays, lésbicas, entre outros. Além disso, a interseccionalidade permite uma análise da forma como ações políticas específicas geram opressões que se dão ao longo de tais eixos, constituindo aspectos dinâmicos ou ativos do “desempoderamento”¹ – termo cunhado por Crenshaw para evidenciar como a sociedade se organiza para que os grupos minorados, uma vez que não são minorias, não ocupem espaços de poder.

O legado do colonialismo é constatado com a força que mantém hierarquias distintas sobre expressões existenciais entre povos dominados e dominadores, ressalta-se aqui brancos como dominadores e demais etnias, como dominados, o que se sustenta em uma classificação étnico – racial (QUIJANO, 2010).

Importante mencionar que o objetivo desses estudos e dessas pensadoras é romper com o legado colonial que legitima apenas as epistemologias brancas - que se reproduz por meio de mecanismos opressores de exploração e geradores de subjetividades, tanto dominantes quanto subalternizadas. A exemplo disso, é possível observar o quanto as pessoas, na atualidade, ainda reduzem a história do povo negro à escravidão e, para além disso, deslegitimam o discurso e o posicionamento das pessoas negras.

Nesse sentido, conquistar uma pedagogia decolonial é expressão de luta e resistência, mas também é um caminho teórico para ampliar a decolonialidade, conforme aponta Walsh (2009 p. 27):

[...] pedagogias que dialogam com os antecedentes crítico-políticos, ao mesmo tempo em que partem das lutas e práxis de orientação decolonial. Pedagogias que [...] enfrentam o mito racista que inaugura a modernidade [...] e o monólogo da razão ocidental; pedagogias que se esforçam por transgredir, deslocar e incidir na negação ontológica, epistêmica e cosmogônico-espiritual que foi, e é, estratégia, fim e resultado do poder da colonialidade.

1 O termo “desempoderamento” cunhado por Crenshaw, é utilizado para referir-se à forma pela qual o racismo, as relações patriarcais, a opressão de classe e outros eixos possíveis de poder e discriminação criam desigualdades. O termo foi desenvolvido no Documento para o Encontro de Especialistas em Aspectos da Discriminação Racial Relativos ao Gênero e publicado no periódico Estudos Feministas, n. 10, em 2002.

É possível encontrar caminhos para uma educação decolonial, que permita a reflexão crítica, que reconheça as opressões e transgrida para uma perspectiva multicultural dos saberes (hooks, 2017).

Akotirene (2019), define a análise interseccional como uma ação estratégica de um movimento revolucionário para emergir à colonialidade, além disso, não só alcançar relações mais justas, mas também cultivar relações igualitárias que respeitem as diferenças raciais, sexuais e de classe social.

A interseccionalidade permite às feministas criticidade política a fim de compreenderem a fluidez das identidades subalternas impostas a preconceitos, subordinações de gênero, de classe e raça e às opressões estruturantes da matriz colonial moderna da qual saem. Eu não posso falar da perseguição do homem africano aos homossexuais e às lésbicas no território sem utilizar aporte interseccional na identificação dos norteamericanos evangélicos, heterossexistas, propalados pela Europa, porque, “ideologicamente derrotado, ele não o fez porque gostasse de Jesus Cristo ou dos brancos” (AKOTIRENE, 2019, p. 24).

O cuidado para não validar uma opressão em detrimento da outra, em virtude dos princípios ideológicos incutidos pelo colonialismo é importante para a relação entre subjetividade e objetividade (AKOTIRENE, 2019). É preciso reconhecer que, estruturalmente, as relações de poder foram construídas historicamente e socialmente sobre as formas de opressão e que, para avançar, é preciso fortalecer as marginalidades, e não as tratar como uma questão única, ou reduzi-las a um único fator, uma vez que, na realidade, a luta pelo fim da discriminação envolve todos os sujeitos sociais.

O pensamento interseccional nos leva reconhecer a possibilidade de sermos oprimidas e de corroborarmos com as violências. Nem toda mulher é branca, nem todo negro é homem, nem todas as mulheres são adultos heterossexuais, nem todo adulto heterossexual tem locomoção política, visto as geografias do colonialismo limitarem as capacidades humanas (AKOTIRENE, 2019, p. 28).

Ainda sobre a importância de ampliar o olhar decolonial na realidade brasileira, Crenshaw (2002) afirma que a interseccionalidade sofre uma adequação nesta realidade social, no caso do Brasil. Pensar de forma interseccional adquire significado singular, pois as relações de gênero e raça são cada vez mais reconhecidas como estruturantes das desigualdades sociais.

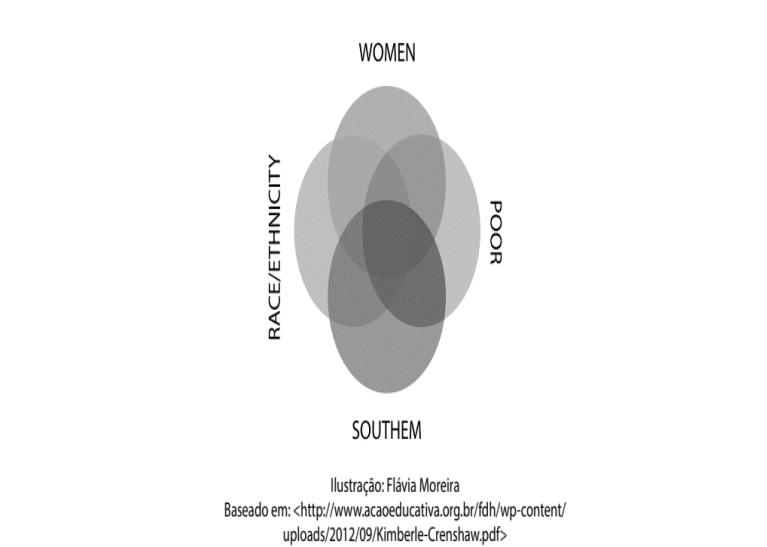
A compreensão desses processos que se inter-relacionam torna-se indispensável para uma melhor reflexão e atuação dos diversos segmentos da sociedade que buscam firmar a democracia a partir da redução das desigualdades de gênero e raça. A partir dessa visão, é possível identificar os desdobramentos dessa intersecção e de como ela afeta a vida dos grupos minorados - ao olhar para as lutas das mulheres negras, que sofrem com as violências domésticas, com a utilização de seus corpos para exploração nas mídias ou na situação de tráfico de pessoas - a mulher negra é sempre “a carne mais barata do mercado”², como o refrão eternizado na voz de Elza Soares evidencia.

Ampliando o olhar, a figura³, abaixo, exemplifica o conceito de interseccionalidade, evidenciando a maneira como as discriminações não são experienciadas de modo isolado e que é nas intersecções que se encontram as respostas para a superação das desigualdades. Portanto, é necessário vislumbrar a amplitude da forma desigual como a sociedade se organiza. Entende-se aqui, *women* – mulheres; *poor* – pobres; *race/ethnicity* – raça/etnia e *southern* – sul.

2 A música “A carne” foi escrita por Seu Jorge, Marcelo Yuka e Ulisse Cappelletti na década de 90.

3 Essa figura é uma representação da abordagem interseccional de Crenshaw (2002), a qual vislumbra que, para além do gênero e da raça, a autora também traz para a discussão outros marcadores sociais, nesse caso, condição econômica e região geográfica (sul, relativo aos Estados Unidos), com enfoque na maneira que a sobreposição dessas categorias produz eixos de subordinação.

Figura 1. Representação da abordagem interseccional



Fonte: Flávia Moreira.

A interseccionalidade tornou-se significativa nos estudos para pensar o lugar das mulheres negras na sociedade. Originalmente, os marcadores de gênero e raça tiveram predominância, contudo, nota-se uma significativa ampliação de análises que considerem outras intersecções como classe social, religião, geração, entre outros.

Pensando as opressões com Angela Davis

Este item pretende apresentar reflexões sobre o processo de tomada de consciência da filósofa e ativista Angela Davis e as opressões de gênero, raça e classe presentes na sociedade, a partir da análise de duas obras “Uma autobiografia” e “Mulheres, raça e classe”.⁴

Angela Davis constrói sua filosofia a partir do materialismo histórico, em que o tempo e o espaço são fundamentais para apontar os sujeitos em análise.⁵

A autobiografia de Angela Davis foi lançada em 1974 nos Estados Unidos, o livro conta a infância da ativista, sua formação política e sua participação na campanha do movimento negro por direitos civis na década de 1970. Há, na obra, a formulação teórica de uma questão relevante, a crítica à questão do encarceramento. Davis (2019) argumenta que os presídios cresceram muito e tornaram-se o destino de muitos negros, latinos e nativos nos Estados Unidos. Segundo a filósofa, o aumento dos presídios e da população carcerária não combate o crime, que continua aumentando. Ela defende que alternativas que visem à educação das populações marginalizadas devam ser tomadas para que o número de encarceramentos diminua até chegar ao ponto em que presídios não sejam mais necessários.

Na autobiografia, Davis relata de forma incontestável a relação que possuía com a academia

4 Ainda que tratando-se de outro cenário, se faz indispensável essa passagem pelo pensamento de Angela Davis, uma vez que como intelectual e militante, Davis, pesquisou e teorizou as opressões ali vivenciadas. Tirando as mulheres negras da margem e trazendo para o centro do debate, levantando pautas que as incluíam. Angela Davis, pouco tempo depois serviu de arcabouço teórico para intelectuais brasileiros, que verificaram que aquela realidade não se fazia presente apenas no cenário estadunidense, mas sim como um plano maior de dominação e aniquilação da população negra, uma vez que tinham seus direitos negligenciados e as mulheres negras em uma condição ainda pior sofrendo com a “tríplice-opressão”.

5 Obras que trazem uma bagagem teórica fortemente marxista, possuindo um alcance epistemológico que extrapola o tempo e o espaço analisados, pois o modelo dialético, por conta das mudanças sociais, econômicas e produtivas, veio se contrapor à lógica formal, representando um movimento racional, o qual, constantemente, nega e supera a etapa anterior, resultando na síntese.

e a militância:

Dizia que era comunista, mas me recusava a ser atraída pelo pequeno movimento do campus porque senti que as pessoas envolvidas com política tinham me abordado de modo nitidamente condescendente. Pareciam determinadas a ajudar “as negras pobres e infelizes” a se tornarem iguais a elas, e eu simplesmente não achava que valia a pena me igualar a elas (DAVIS, 2019, p.139).

Nessa passagem, fica evidente que a jovem Davis não queria a caridade daquele grupo, mas sim um espaço político que buscasse ações efetivas para mudar as estruturas de poder na sociedade. Como militante negra, Davis destaca o importante papel da resistência negra na luta contra o racismo e da integração de todos para que o antirracismo fosse materializado. No seu discurso na Universidade da Califórnia em Los Angeles (UCLA), em 1969, Davis aponta outro sistema de discriminação e desigualdade que tem a raça como fundamento e que ocorre dentro das universidades, ao narrar que “o tipo de racismo que ocorre dentro do sistema educacional é muito menos evidente”, fazendo menção ao racismo institucional (DAVIS, 1969, 6:23 min).

Almeida (2018) expõe que a concepção do racismo institucional confere privilégios e desvantagens a determinados grupos em razão da raça, normalizando estes atos, por meio do poder e da dominação. De forma que:

Assim, detêm o poder os grupos que exercem o domínio sobre a organização política e econômica da sociedade. Entretanto, a manutenção deste poder adquirido depende da capacidade do grupo dominante de institucionalizar seus interesses, impondo a toda sociedade regras, padrões de condutas e modos de racionalidade que tornem normal e natural o seu domínio (ALMEIDA, 2018, p. 31).

É possível constatar que, ao longo de sua trajetória, Davis foi atravessada por uma encruzilhada de opressões. Diante disso, em “Mulheres, raça e classe”, buscou construir uma narrativa para a população negra estadunidense, com intelectuais negros, sob a óptica da mulher negra que sofre com a tríplice opressão, trazendo a perspectiva da mulher negra saindo da margem e vindo para o centro do debate.

Segundo Davis (2016), o mundo ocidental se sustenta na base da opressão e das desigualdades. No entanto, nesse contexto, é difícil sustentar a ideia de que existe uma opressão comum. É necessário considerar a intersecção de aspectos variados, que colocam cada indivíduo em uma posição hierárquica, em um compartimento social. É na conjugação entre gênero, classe e raça que as posições sociais se estabelecem. Estas três categorias, classe social, raça e gênero, estão entrelaçadas, não sendo possível separá-las. Para a autora, muitos militantes da esquerda só vêm o fator da classe social, e muitas militantes feministas fecham os olhos para as questões raciais. É necessário enxergar que as três categorias estão juntas.

Davis (2016) aponta que a crescente feminilidade do século XIX veio reforçar o papel da mulher como mãe protetora, recatada, parceira, dona de casa e uma esposa amável para seus maridos. No entanto, havia diferenciações entre as mulheres, pois a mulher negra não coube neste papel - era considerada uma anomalia, já que lhe restava exercer sua função de escrava e trabalhar na lavoura, assim como os homens negros.

O próprio movimento feminista, quando surgiu, era composto por um seleto grupo de mulheres brancas de classe média e alta, que estava reivindicando independência econômica, acesso ao mercado de trabalho e liberdade de seus corpos. Alguém precisaria substituí-las, ocupar as atividades que elas reivindicavam não mais ocupar em seus lares. Nesse momento, a intersecção entre raça, classe e gênero respondeu a quem restaria ocupar essas funções, as mulheres negras. Ou seja, o movimento não levantou as pautas das mulheres não brancas.

Davis (2016) denuncia a ligação entre racismo e violência sexual como herança da escravidão, em que os senhores tinham a legitimidade legal sobre o corpo e a vida de seus escravos e escravas. Há uma tendência em se pensar que o homem branco tem poder sobre o corpo da mulher negra.

Bem como existe uma tendência à maior sexualização da mulher negra pela mídia, e isso reforça o estereótipo de que a mulher negra é um objeto sexual. Davis (2016), reconhece que a mulher branca também sofre com esse problema, causado pela dominação machista, mas entende que as mulheres negras estão em maior desvantagem por questões étnicas.

De acordo com Gonzales (1984, p. 230), pensadora social brasileira, que pesquisou, especificamente, a condição das mulheres negras no Brasil e na América Latina, afirma que, a sociedade enxerga a mulher negra como: mulata e doméstica, essa concepção racista, segundo a autora, “Quanto à doméstica, ela nada mais é do que a mucama permitida, a da prestação de bens e serviços, ou seja, o burro de carga que carrega suas famílias e a dos outros nas costas.” A partir dessa dupla imagem e através de estudos com a militância, percebeu-se um terceiro ponto, que classifica a mulher negra, como mãe-preta, papel aceito socialmente e que se encaixa na imagem do “está no sangue”, ou seja, “nasceu para isso”, que são as chefes de famílias, responsáveis por serem mantedoras dos seus lares, dos cuidados e sustento com os seus.

A estrutura social forjou e consolidou uma visão de mundo que inferioriza as mulheres, especificamente, as mulheres negras, quanto à definição de onde deve ser o seu lugar, geralmente em situações de subalternidade. Então, considerar gênero em uma sociedade machista tem fundamental importância e as diversas correntes do movimento feminista têm sua contribuição neste sentido; levar em consideração a classe é basilar, pois o capitalismo se retroalimenta pela existência dela. E nessa intersecção, a categoria raça está embricada igualmente, uma vez que não há como falar em classe, sem considerar a raça. É o negro que está na base da pirâmide social, que está invisível, vulnerável. E considerando o gênero, a mulher negra se encontra ainda mais à margem, se comparada com o homem negro.⁶

Racismo científico, epistemicídio e educação decolonial

Em se tratando das mulheres negras escravizadas, tais eram afastadas de suas redes familiares naturais, viviam em condições de vida precária, sofriam maus-tratos, entre tantas outras violências físicas como abusos sexuais (LUGONES, 2015).

Diante disso, fica evidente o início do racismo científico no Brasil, em meados de 1860 nas grandes instituições de ensino – a hierarquização de humanos e não humanos a partir da raça/etnia e atribuindo estereótipos negativos aos não brancos, especificamente dos negros e negras escravizados (MUNANGA, 1999).

Findado o sistema escravista, o problema já não era mais a escravidão como instituição retrógrada, mas os negros e seus descendentes, classificados como raças inferiores. A questão racial tornou-se tão forte no final do século XIX, que se acreditou que com a entrada maciça de imigrantes europeus no país, a população brasileira, ao longo dos anos, iria se embranquecer (SCHWARCZ, 1993).

Diante disso, muitos estudos evidenciaram, então, o surgimento do racismo científico e seus respectivos desdobramentos na política e na sociedade, os quais foram amplamente discutidos e estão superando as teorias raciais que deram status científico às desigualdades entre os seres humanos e, por meio do conceito de raça, puderam classificar a humanidade, fazendo uso de sofisticadas classificações dos grupos humanos (SCHWARCZ, 1993).

Nesse sentido, é preciso perceber que, raça, gênero e classe social no Brasil, formam um complexo de concepções cuja compreensão é necessária para o enfrentamento das questões raciais e de seus desdobramentos nocivos, contribuindo com a construção da identidade da população negra, por meio de uma educação decolonial, que elabora uma nova forma de se pensar a formação da nação e da nacionalidade.

⁶ Dados do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – Retrato das desigualdades de gênero e raça (2015), revelam que as mulheres negras possuem rendimento médio mensal, inferior quando comparada aos demais grupos sociais. Recebendo 1.027,5 reais, enquanto os homens negros 1.434,1. Ambos encontram-se abaixo dos homens e das mulheres brancas. (Indicadores- Pobreza, distribuição e desigualdade de renda, tabela 10.1^a1). Disponível em: https://www.ipea.gov.br/retrato/indicadores_pobreza_distribuiçao_desigualdade_renda.html

Além disso, uma questão relevante, é que o racismo científico, de forma bastante complexa, possibilita a interpretação do fato de o Brasil ser constituído da maior população negra fora do continente africano e isso não ter uma visibilidade positiva – à cultura afro-brasileira, e, por conseguinte, às pessoas negras. Isso se dá, de acordo com Munanga (2004), por conta da ideologia do branqueamento presente no processo de miscigenação, que sedimentou no Brasil a construção de uma identidade nacional baseada na herança branca europeia, negando qualquer possibilidade de se pensar em alguma identidade alternativa, fundamentada na herança negra de origem africana.

Associa-se nesse processo de negação e exclusão social, as oportunidades de ensino, que é o principal mecanismo para romper barreiras e assim alcançar uma mobilidade social no país (CARNEIRO, 2005). Nessa dinâmica, os grupos raciais historicamente inferiorizados são contestados, quanto sua competência cognitiva e intelectual, como produtos de conhecimento. A esse processo nomeia-se, epistemicídio.

É fenômeno que ocorre pelo rebaixamento da auto-estima que o racismo e a discriminação provocam no cotidiano escolar; pela negação aos negros da condição de sujeitos de conhecimento, por meio da desvalorização, negação ou ocultamento das contribuições do Continente Africano e da diáspora africana ao patrimônio cultural da humanidade; pela imposição do embranquecimento cultural e pela produção do fracasso e evasão escolar (CARNEIRO, 2005, p.97).

O conceito utilizado por Carneiro (2005), tem base no pensamento de Boaventura Sousa Santos, para quem o epistemicídio formou-se e estabeleceu-se como um dos mecanismos mais eficazes para perpetuação da dominação étnico-racial, que tem a legitimidade das formas de conhecimento, o conhecimento gerado pelos grupos dominados e, conseqüentemente, dos seus membros como indivíduos de conhecimento. Para Santos (1995):

[...] o epistemicídio foi muito mais vasto que o genocídio porque ocorreu sempre que se pretendeu subalternizar, subordinar, marginalizar, ou ilegalizar práticas e grupos sociais que podiam ameaçar a expansão capitalista ou, durante boa parte do nosso século, a expansão comunista (neste domínio tão moderno quanto a capitalista); e também porque ocorreu tanto no espaço periférico, extra-europeu e extra-norte-americano do sistema mundial, como no espaço central europeu e norte-americano, contra os trabalhadores, os índios, os negros, as mulheres e as minorias em geral (étnicas, religiosas, sexuais)" (SANTOS, 1995, p. 328).

Ao silenciar essas epistemologias, silencia-se também a consciência histórica do indivíduo, sendo assim uma morte lenta, que atinge primeiro a condição mental e depois a estrutura física. O epistemicídio é a morte das epistemologias. Estas, por sua vez, têm poderes revolucionários, já que se "insere no desafio de colocar em prática projetos acadêmicos autônomos aos referenciais da ciência hegemônica" (XAVIER, 2019, p. 77).

Para bell hooks (1995), as opressões decorrentes do período colonial, agem de forma constante na vida de intelectuais negras, que a todo tempo sofrem com o menosprezo e invalidação das suas obras. A autora, faz uma crítica sobre o que o pensamento ocidental considera ser intelectual. E para isso, aponta que não deve ser alguém que trabalhe unicamente com conceitos, mas sim que lide com concepções no objetivo de transgredir fronteiras discursivas, e que tenha uma essencial relação com uma cultura política mais ampla.

O trabalho intelectual e a política caminham juntos, uma vez que ele permite compreender o mundo real, preparando-o para envolver-se integralmente, sendo uma parte necessária da luta pela libertação, no qual os esforços das pessoas oprimidas passariam de objeto, a sujeitos que lutariam para descolonizar e libertar suas mentes (hooks, 1995).

Quando se vive em uma sociedade anti-intelectual, no caso, que só considera alguns conhecimentos como legítimos, os intelectuais que estão de fato comprometidos com as mudanças sociais radicais, veem dificuldade que seu trabalho seja visto como algo que tenha impacto significativo, ao que bell hooks conceituou de “complexo serva-senhora”.

Esse dilema é caracterizado por uma série de inquietações que vão desde a dificuldade que pessoas, em especial mulheres negras possuem de valorizar seu trabalho mental como relevante. Esse bloqueio é consequência direta da memória da escravidão já que em todos os espaços somos, em algum momento, enxergadas pelas vias de erotização, sexualização e objetificação (XAVIER, 2019, P. 91).

Embora exista uma encruzilhada de opressões que atravessa historicamente as mulheres negras, como disse Conceição Evaristo (2016, p. 99), “a gente combinamos de não morrer”⁷. Eles combinaram de nos matar, mas *A gente combinamos de não morrer* é a representação icônica da herança colonial e das distorções sociais que implementaram desigualdades na sociedade brasileira. É a síntese do confronto, da transgressão, da desobediência, sobretudo, neste contexto em que é necessário fortalecer o movimento de restaurações das estruturas reacionárias no panorama das políticas nacionais e que assistimos à implementação de estratégias de regulações sociais autoritárias e violentas.

O ato de combinar de não morrer, convocado por Conceição Evaristo (2016), representa um gesto de resistência em favor da vida, uma política que se dá na própria existência, apesar do recrudescimento das desigualdades, das injustiças e das opressões sociais, do desmonte de políticas públicas direcionadas para as populações mais vulneráveis e marginalizadas e dos modos a partir dos quais a branquitude e o conservadorismo se alinham a uma lógica de produção predatória que não considera a importância e a dignidade da vida, sobretudo, das vidas pretas e periféricas.

Posto isso, a educação decolonial têm como eixo central desconstruir a perpetuação dessa lógica de branqueamento e valorizar mais as riquezas da africanidade. Além disso, é preciso reconhecer e validar o legado do povo negro para a cultura afro-brasileira, que pode ser definida como o conjunto de manifestações culturais do Brasil que foi influenciado pela cultura africana desde os tempos do Brasil colônia até a atualidade.

Sob o olhar de Conceição Evaristo, no livro *Poemas da recordação e outros movimentos* (2008), no poema “Vozes – Mulheres” é possível perceber o quanto as mulheres negras, historicamente, têm sido precursoras nos movimentos de transformação e enfrentamento do racismo científico e estrutural que, na luta histórica, estão fortalecendo o empoderamento de outras mulheres. Cita-se aqui, o referido poema:

Vozes-mulheres

A voz da minha bisavó ecoou
criança nos porões do navio.
Ecoou lamentos
de uma infância perdida.

A voz de minha avó
ecoou obediência
aos brancos-donos de tudo.

A voz de minha mãe
ecoou baixinho revolta
no fundo das cozinhas alheias

⁷ A personagem relata um episódio que aconteceu com ela na escola, revelando o contexto em que está inserida, contexto esse de vulnerabilidade social, em que o tráfico, a violência e a ausência do Estado na assistência para com as pessoas, se fazem presentes. Conceição expõe essa frase, na perspectiva que, mesmo diante de tantas tentativas de aniquilamento, a população negra, as mulheres negras, irão resistir.

debaixo das trouxas
roupagens sujas dos brancos
pelo caminho empoeirado
rumo à favela.

A minha voz ainda
ecoa versos perplexos
com rimas de sangue
e
fome.

A voz de minha filha
recolhe todas as nossas vozes
recolhe em si
as vozes mudas caladas
engasgadas nas gargantas.

A voz de minha filha
recolhe em si
a fala e o ato.
O ontem — o hoje — o
agora.

Na voz de minha filha
Se fará ouvir a ressonância
o eco da vida-liberdade

(EVARISTO, 2008, p. 32)

O poema de Conceição Evaristo (2008) revela diversas questões que imbricam o re (existir) a mulher negra e negação de sua humanidade - a infância perdida da vó que foi tomada pela escravização, a superioridade atribuída a raça branca, anulando a identidade negra, os empregos subalternos e informais que até hoje são ocupados majoritariamente pelas mulheres negras, a luta contra a fome e pelo direito de as pessoas negras ocuparem os espaços sociais sem serem questionadas, a morte que assombra verdadeiramente a população negra ainda na atualidade e a busca pela liberdade e pelo direito de existir. A primeira estrofe, marcada pela voz da bisavó, refere-se ao início da escravidão dos negros no Brasil e lamenta por uma infância perdida no interior dos navios que transportavam os escravos, aliás, nos “porões” desses navios, denotando com tal substantivo, e de forma simbólica, a inferioridade perante a hegemonia da época. Ainda referente ao contexto escravocrata, a voz da avó, na segunda estrofe, se mostra submissa aos “brancos-donos de tudo”: assinala-se aqui que o “tudo” sugere que estes eram donos, inclusive, dos corpos dos escravos e escravas.

É importante ressaltar que a subordinação feminina varia conforme os contextos, é preciso considerar que quando se estuda sobre a mulher e questões de gênero deve-se falar em “mulheres”, no plural. Nesse sentido, é necessário evidenciar o título do poema “Vozes-mulheres”, no plural, revela uma ideia de coletividade, de multiplicidade de vozes, de várias mulheres (pobres, negras, marginalizadas, e principalmente enquanto condição de mulheres).

Analisando a terceira estrofe, a “mulher-lírica” fala da voz de sua mãe, que mostra uma certa reprodução de seu passado histórico, pois esta enquanto mulher afro-brasileira ainda é submissa aos brancos. Há um primeiro murmúrio de resistência quando sua voz “ecoou baixinho revolta/no fundo das cozinhas alheias/debaixo das trouxas/roupagens sujas dos brancos” (EVARISTO, 2008 p. 32). Mesmo não estando mais sujeita a um regime escravagista, a mulher afro-brasileira, em “liberdade”, possui a necessidade de servir ao poder hegemônico para sobreviver a pobreza. Essa estrofe indica que a mãe trabalhava como empregada doméstica na casa de brancos, trabalho que não lhe garantia escapar da pobreza, demonstrando como sua realidade é consequente da história

de suas antepassadas.

A partir da análise do poema apresentado, torna-se potente rememorar a história de Ivete Sacramento foi a primeira reitora negra de uma universidade no Brasil, ou seja, é a primeira mulher negra a ocupar o posto mais nobre dentro de uma universidade. À vista disso, sua militância e intelectualidade durante sua trajetória caminharam lado a lado. Quando voltamos nosso olhar ao legado que a intelectual construiu, é possível ter dimensão da sua grandeza. Ivete Sacramento implementou um programa de formação de professores, abriu a universidade para a comunidade com cursos de alfabetização e extensão, aumentou o número de cursos e implementou o sistema de cotas para negros. Em uma entrevista (2014, p.35), a intelectual relata que ações afirmativas, como as cotas, são fundamentais para inserção da população negra nas camadas hierárquicas da sociedade, defendendo-as, não apenas para nível de graduação, mas também para pós-graduação. Para Sacramento “a gente tem que formar uma elite intelectual negra, para que se possa produzir cientificamente”.

Desse modo, destaca-se a importância de se ter políticas públicas de ações afirmativas, no caso, as cotas, para o ingresso da população negra a lugares que historicamente foram ocupados majoritariamente pela branquitude, como a universidade. De forma que, levantar apenas questões de raça, daria uma percepção insuficiente das diferenças hierárquicas moralmente injustificadas que caracterizam as desigualdades que acometem as sociedades modernas. Fazer essa intersecção com a categoria raça, é fundamental para enxergarmos uma totalidade. Segundo Xavier (2019, p. 89), “Para as mulheres negras, ocupar o espaço acadêmico é um processo complexo de desestabilização do imaginário ‘nasceu pra servir’”. Logo, movimentar as estruturas de nossa sociedade, com base racista e patriarcal, é um ato político. Ter mulheres negras tomando seus lugares enquanto produtoras de conhecimento, saindo da margem e vindo para o centro do debate e reescrevendo suas histórias é um dos caminhos para transformação radical da sociedade.

Considerações Finais

À vista disso, não podemos normalizar o fato de que a população negra, sobretudo, as mulheres negras, continuam inseridas nos piores postos de trabalho, recebendo os menores rendimentos, sofrendo com as relações informais de trabalho e ocupando as posições de menor prestígio na hierarquia profissional (IPEA, 2015).

Esse artigo proporcionou uma reflexão sobre o quanto a perspectiva interseccional é importante para analisarmos as posições e as relações de poder na sociedade e assim, de forma crítica, questioná-las. Reflete-se aqui, sobre a importância de as mulheres negras serem reconhecidas e consideradas como intelectuais, protagonistas na produção de saberes e conhecimentos, para contribuir com uma educação decolonial na perspectiva de transformação da sociedade, das amarras coloniais para superação da tríplice-opressão que atinge as mulheres negras.

Portanto, através dessa análise teórica e crítica, deve-se cobrar do Estado, uma política verdadeiramente radical, que deve combater todas as opressões, estabelecendo conexões com propósitos entre o capitalismo, sexismo e racismo.

Referências

AKOTIRENE, Carla. **Interseccionalidade**. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019.

ALMEIDA, Silvio Luiz de. **O que é Racismo Estrutural?** Belo Horizonte (MG): Letramento, 2018.

ASSIS, Dayane N. Conceição de. **Ebook Interseccionalidades** / Dayane N. Conceição de Assis. - Salvador: UFBA, Instituto de Humanidades, Artes e Ciências; Superintendência de Educação a Distância, 2019. Disponível em: <http://repositorio.ufba.br/ri/handle/ri/30892>. Acesso em: 20 abr. 2020.

CARNEIRO, Aparecida Sueli. **A Construção do Outro como Não-Ser como fundamento do Ser.** 2005. 339 f. (Tese de doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, USP, 2005.

CRENSHAW, KIMBERLÉ. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. **Rev. Estud. Fem.** [online]. 2002, vol.10, n.1, pp.171-188. ISSN 1806-9584. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-026X2002000100011> Acesso em: 14 abr. 2020.

DAVIS, Angela. **Mulheres, raça e classe.** 1ª. Ed. São Paulo: Boitempo, 2016.

DAVIS, Angela. **Uma autobiografia.** Tradução de Heci Regina Candiani. 1ª.Ed. São Paulo: Boitempo, 2019.

EVARISTO, Conceição. **Poemas da recordação e outros movimentos.** Belo Horizonte: Nandyala, 2008.

EVARISTO, Conceição. **Olhos d'água/** Conceição Evaristo. – 1. Ed. – Rio de Janeiro: Pallas: Fundação Biblioteca Nacional, 2016.

GOMES, N.L. O movimento negro no Brasil: ausências, emergências e a produção dos saberes. **Política & Sociedade**, Florianópolis, v. 10, n. 18, p. 133-154, 2011.

GONZALES, L. Racismo e sexismo na cultura brasileira. **Revista Ciências Sociais Hoje**, Anpocs, 1984, p. 223-244. Disponibilidade em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4584956/mod_resource/content/1/06%20-%20GONZALES%2C%20L%C3%A9lia%20-%20Racismo_e_Sexismo_na_Cultura_Brasileira%20%281%29.pdf. Acesso em: 09 jul.2020.

hooks, bell. Intelectuais Negras. **Revista de Estudos Feministas.** Florianópolis, v. 3, n. 2, 1995. Disponibilidade em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/16465/15035>. Acesso em: 05 nov.2020.

hooks, bell. Abraçar a mudança: o ensino num mundo multicultural. In: **Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade/** bell hooks; tradução de Marcelo Brandão Cipolla. – 2. Ed. – São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2017. p. 51-63.

IPEA- Retrato das desigualdades de gênero e raça (2015). Disponível em: https://www.ipea.gov.br/retrato/indicadores_pobreza_distribuicao_desigualdade_renda.html. Acesso em: 07 abr.2020.

LUGONES, María. Rumo a um feminismo descolonial. **Estudos Feministas**, n. 3, v. 22. Florianópolis, jan. 2015. Disponível em <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/36755/28577> Acesso em 20 de abril de 2021.

MUNANGA, Kabengele. **Rediscutindo a Mestiçagem no Brasil: Identidade nacional Versus Identidade Negra.** Petrópolis: Ed.Vozes, 1999.

QUIJANO, A. Colonialidade do poder e classificação social. In: SANTOS, B. de S.; MENESES, M. P. (Orgs.). **Epistemologias do Sul.** São Paulo: Cortez, 2010.

Racismo: cotas e ações afirmativas – 46 personalidade Em entrevista sobre o tema./Organizador: Maurício Pestana. São Paulo: Editora Anita Garibaldi em co-edição com a Fundação Maurício Grabois, 2014.

Retrato das Desigualdades de Gênero e Raça – 20 anos. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/170306_apresentacao_retrato.pdf . Acesso em: 24 abr.2020.

SANTOS, S. Boaventura. **Pela Mão de Alice**. São Paulo: Cortez Editora, 1995.

SCHWARCZ, L. K. M. **O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil: 1870-1930**. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

XAVIER, Giovana. **Você pode substituir mulheres negras como objeto de estudo por mulheres negras contando sua própria história/** Giovana Xavier. – Rio de Janeiro: Malê, 2019.

WALSH, C. **Interculturalidade Crítica e Pedagogia Decolonial: in-surgir, re-existir e re-viver**. In: CANDAU, V. M. F. (Org.). **Educação Intercultural na América Latina: entre concepções, tensões e propostas**. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2009.

From the archives of the UCLA Communications Studies Department. **Angela Davis speaking at UCLA 10/8/1969**. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=AxCqTEMgZUc>. Acesso em: 24 nov. 2020.

Recebido em 25 de abril de 2021.

Aceito em 29 de julho de 2022.